

# AD VERSO

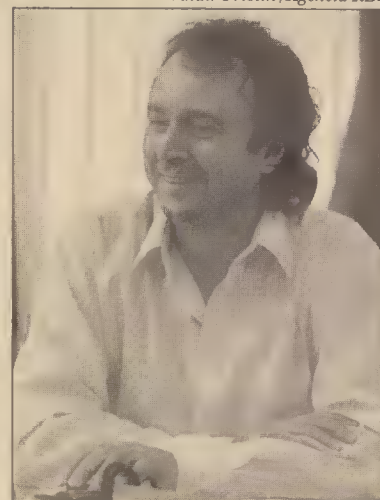
Jornal da Adufrgs

nº 30

## Sérgio Zambiasi

*confirma apoio ao governador Antônio Britto e prepara sua candidatura a um quarto mandato na Assembléia Legislativa. Ao mesmo tempo, já antecipa a colheita eleitoral para ser o primeiro governador do Rio Grande do Sul no próximo século*

Valdir Friolin/Agência RBS



# A anatomia de um professor

Pesquisa exclusiva encomendada pela Adufrgs revela o pensamento do professor em matéria de PID, greve, satisfação com a política de ensino superior, sucateamento da universidade pública e outros temores que assombram os docentes da maior universidade gaúcha

Páginas 6, 7 e 8

Pág. 3

## A Ufrgs cruza os braços

Com o apoio de alunos e de técnicos-administrativos, professores entram em greve pelo ensino público

Pág. 4

## Meritocracia eleitoral

Para o candidato à Presidência Ciro Gomes, a gestão universitária deve se basear na excelência acadêmica

Pág. 9

## Data venia

Leia a análise da assessoria jurídica da Adufrgs sobre a MP que criou o Programa de Incentivo à Docência



# A hora difícil

Ilustração Gilmar Fraga



Nosso movimento em defesa da universidade pública está forte, espontâneo, visível, criativo. Lindo, enfim.

Os funcionários, professores e, principalmente, os estudantes têm desenvolvido formas criativas e às vezes até espetaculares de manifestação do seu engajamento. O ato do dia 27 de abril no Salão de Atos foi grandioso e emocionante. "Que cem flores desabrochem", diria o pensador chinês muito em voga nos anos 60.

No entanto, como em todo movimento massivo, alguns de seus componentes têm algumas dificuldades de situar sua problemática e se relacionar com o restante da sociedade organizada.

Acreditamos que é necessário estabelecer algumas referências.

Em primeiro lugar, nosso movimento não é apolítico, como pretendem alguns, mas apartidário. É impossível pensar a universidade sem situá-la na sociedade.

A universidade que queremos é aquela que por meio do ensino, pesquisa e extensão seja um instrumento de um desenvolvimento autônomo, voltado para os interesses da maioria da população.

Se assim não fosse, porque simplesmente não entregar os pontos e aceitar esta visão do governo que planeja uma universidade abastardada – voltada para o imediatismo de mercado – tributária e sócia menor do conhecimento gerado além fronteira.

Nossa ligação com outros movimentos sociais e sindicatos e a filiação à CUT é tributária da visão que temos do caráter social de nosso trabalho. O apoio à reforma agrária e ao MST, faz parte da

nossa visão de um país mais justo e sem exclusões, e mais alguns de nossos colegas em atividades de extensão contribuem para que os assentamentos elevem seu padrão tecnológico e educacional, assim como trazem as problemáticas do movimento para alimentar a reflexão na universidade.

Temos, no entanto, de sem abrir mão de nossas referências, ampliar o espectro de defesa da universidade, incorporando setores que pelas mais variadas razões, dentro e fora da universidade, não desejam sua morte.

Nesta perspectiva, foi incorreta a atitude de alguns de nós no ato do dia 27 de vaiar o senador Pedro Simon que participa da frente parlamentar de defesa da universidade federal, assim como é incorreta a tentativa de exclusão de bandeiras de partidos de nossas manifestações, pois estes estão ali para apoiar e não para dirigir o nosso movimento.

O nosso movimento é democrático, a direção, em última instância, é das assembleias gerais de cada um dos segmentos. Assim suas atividades são acordadas dentro de uma comissão formada pelos 3 setores informada pela base do movimento.

Não é possível, portanto, à semelhança do que aconteceu dia 28 de abril na visita que fizemos à delegacia do MEC, decidir na última hora pela invasão do prédio da referida repartição. Este é um ato político que exige profunda reflexão e certamente afastaria parte da nossa base de apoio. Se não devemos e podemos ceder nos princípios para ampliar apoios, na forma de luta devemos ser flexíveis.

Com serenidade, reflexão e, principalmente, com democracia, seguimos nosso movimento.

## CARTAS

### Linguagem inadequada

Quero manifestar minha insatisfação com respeito a um cartaz de nossa entidade sindical que estigmatiza a prostituição feminina, desviando o desprezo, equivocadamente, de quem deveria ser nosso alvo concentrado, a meu juízo. Em primeiro lugar discordo da proposta geral de sua linguagem: o cartaz não me parece ter o tom apropriado para sua finalidade. Em segundo lugar é sexista: também há garotos de programa. Em terceiro, a decisão de vender o corpo, como último recurso para mantê-lo, não pode merecer senão compaixão frente ao ser humano servido em holocausto a si mesmo, devorado pelo mercado. É contra as elites no poder, praticantes da prostituição supérflua, do lenocínio abastado, não decorrente da carência extrema, mas da perversão, da insaciabilidade de vantagens, que devemos apontar nossas baterias. Esses não vendem seus próprios corpos mas a pátria, o futuro, a liberdade de seus povos. São eles quem devemos fustigar e não suas vítimas, inocentes meretrizes, essas muito mais dignas. Se o cartaz devesse abordar aquele tema melhor talvez fosse citar Clark Kerr, em seu livro Os usos da Universidade, quando ironiza a "prostituição universitária" com uns versinhos muito mais apropriados à situação, segundo julgo. Para efeitos do cartaz poderíamos traduzi-los e adaptá-los sob um título qualquer, como, por exemplo, A história de Ferdinanda. Ficaria mais ou menos assim:

Ferdinanda era uma senhora abastada/ De severa e universitária cultura/ A todos ela dizia/ Saber o que se escondia/ Mas quando um capitalista ou banqueiro a convidava/ A jantar e dançar no fim do dia/ Sem dúvida ela sabia/ Bem claro o que se escondia/ Mas mesmo assim ela ia/ A severa senhora grã-dama ... /É que ela gostava da trama...

É para as "Ferdinandas" que devemos concentrar nosso desprezo. É na prostituição perversa, em cassinos de toda a ordem, chantagem, fraude, nessas marcas eternas de gangsteres, que estão imersas nossas elites no poder, cada vez mais repletas de personalidades universitárias. Peço aos criadores de cartazes: manifestem piedade para com as garotas de programa. Só não precisam poupar as "Ferdinandas".

**Antônio Salles – Prof. do Instituto de Matemática**

### Sugestões sociológicas

Já que não tenho e-mail estou usando a velha e prazerosa forma de se comunicar de forma manuscrita.

Gosto muito de ler o Adverso, acho as reportagens adequadas, os assuntos muito interessantes, o tamanho dele é ótimo e a periodicidade também.

Como sugestão proponho assuntos de análise sociológica e histórica contemporâneas como:

1. mudanças no mundo pós-guerra fria;
2. as novas tecnologias e o mercado de trabalho;
3. as crises do final do milênio e as perspectivas para o futuro;

E para abordar esses temas sugiro: Décio Freitas, Voltaire Schilling, Paulo Vizentini, Céli Pinto, Héglio Trindade e Sonia Laranjeira.

Obrigada pela atenção. Um abraço,

**Vera Lacerda – Profª de Introdução à Sociologia**

**Colabore com seu jornal: escreva para a redação. Críticas, artigos, cartas, e-mails, tudo é bem-vindo. A redação do Adverso fica na Rua Otávio Corrêa, 45. Bairro Cidade Baixa. Porto Alegre, CEP 90050-120. O endereço eletrônico é [adufrgs@portoweb.com.br](mailto:adufrgs@portoweb.com.br)**

**AD  
VERSO**

**Publicação  
quinzenal  
Impresso em  
Papel Ecograph  
Tiragem :  
4.500 exemplares**

Edição: Silvanio Mariani  
Reportagem: James Gorgen  
Estagiária: Fabrícia Osanai  
Programação Visual: Gilmar Fraga  
Diagramação: Katiúscia Lemos  
Revisão: Jorge de Barbosa

#### Diretoria

Presidente: Renato de Oliveira; 1º Vice-Presidente: Carlos Schmidt; 2º Vice-Presidente: Lúcio Hagemann; 1º Secretário: Eloína Prati dos Santos; 2º Secretário: Jorge Ducati; 1º Tesoureiro: Mário Brauner; 2º Tesoureiro: João Vicente Silva Souza; 1º Suplente: Benedito Tadeu César; 2º Suplente: Ricardo Jacobi.

**ADufrgs**  
Seção Sindical da ANDES/SN  
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

Seção Sindical do ANDES-SN. Rua Otávio Corrêa, 45. Porto Alegre/RS  
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (051) 228.1188

E-mail: [adufrgs@portoweb.com.br](mailto:adufrgs@portoweb.com.br) Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>



## MOVIMENTO DOCENTE

Márcia Camarano

Os professores da Ufrgs demoraram mas, enfim, resolveram aceitar a greve como o único remédio para combater a doença que vem acometendo a universidade brasileira nos últimos anos – falta de recursos materiais, humanos e reajuste salarial – e a surdez do governo federal em relação às suas reivindicações. Desde 22 de abril, quando a greve por tempo indeterminado foi deflagrada, várias atividades estão sendo realizadas dentro e fora do campus para sensibilizar a opinião pública. Algumas faculdades e departamentos aderiram imediatamente, como o Direito que, com essa decisão inédita, influenciou muitos outros. Entre as últimas adesões estão a Odontologia e a Medicina.

Os focos de resistência estão perdendo terreno e o comando local de greve contabiliza mais de 80% dos professores paralisados. Também ajudou a engrossar o caldo o fato de os servidores terem decidido parar suas atividades poucos dias depois dos professores. Ao lado dos alunos, as duas categorias formaram uma comissão unificada de greve que está definindo em conjunto as principais ações do movimento.

Mas a prova de fogo de toda a comunidade acadêmica ocorreu na assembleia universitária, realizada dia 27 de abril, no Salão de Atos da Ufrgs, com 1.700 cadeiras. Lá, a pressão do movimento subiu às alturas. Todos os lugares e corredores foram tomados. Teve gente que ficou do lado de fora, o que dá para deduzir que cerca de 2,5 mil pessoas estiveram no ato. Prova de que o movimento passou no teste.

Na mesa, senadores, deputados federais e estaduais gaúchos, o candidato a governador pelo PT, Olívio Dutra, lideranças das categorias universitárias e estudantis, o Movimento dos Sem-Terra, a presidente do Cpers/Sindicato, Lúcia Camini, e a reitora da Ufrgs, Wrana Panizzi. O ato foi um sucesso, dando novo ânimo ao movimento. Aliado a isso, outro fator que despertou a vontade de luta da comunidade acadêmica foi uma entrevista do secretário de Ensino Superior do MEC, Abílio Baeta Neves. Segundo ele, os recursos aplicados nas universidades seriam suficientes, mas não estariam sendo bem administrados.

Para professores, funcionários e estudantes, a declaração soou como uma provocação que não poderia ficar sem resposta. E o contra-ataque veio através da reitora. Quando foi anunciada para falar na assembleia universitária, as vozes se uniram para gritar seu nome e o mote: "A Ufrgs unida jamais será vendida". Antes do pronunciamento, Panizzi foi aplaudida de pé. A reitora usou de um vigoroso discurso destacando que a Ufrgs tem passado por muitas crises ao longo de seus 100 anos. "De todas as crises, sem dúvida, essa é a mais dura. Não só estamos perdendo recursos econômicos, mas também nosso patrimônio maior, que são nossos professores e técnicos-administrativos".

E enumerou as razões dessas perdas: antecipação de aposentadorias, processos de exoneração (nos últimos dois anos, 586 técnicos administrativos e 288 professores), não preenchimento das vagas disponíveis (pelo simples fato de que as pessoas não se interessam) e a redução de carga horária, porque as pessoas não querem sair totalmente da universidade, mas precisam complementar salário. "Há três anos, nosso orçamento não muda. Em 96, o investimento no conjunto das universidades era de 42 milhões. Chegamos, agora, a 4,2 milhões, o que significa que para a nossa universidade virão 52 mil reais para investimento, quando precisávamos, no mínimo, de um milhão de reais para a conservação básica de nosso patrimônio".

Os números apresentados pela reitora são bem diferentes dos divulgados por Baeta Neves. Segundo ele, o Tesouro Nacional aumentou os recursos para as universidades em mais de R\$ 200 milhões nos últimos quatro anos. Em 97, conforme ele, foram repassados R\$ 641 milhões. Em entrevista

# Enfim, greve

**Professores da Ufrgs demoram, mas acabam aderindo à paralisação por tempo indeterminado. Com apoio dos alunos e do movimento dos funcionários, os docentes promovem a maior manifestação já registrada na história da principal universidade gaúcha**

Foto Fabricia Osanai



**Protesto:** Salão de Atos foi pequeno para reunir descontentes com o ensino público superior

concedida à edição anterior do Adverso, Baeta Neves admitiu que, se depender do governo, o impasse criado com a greve não será superado. "O governo não tem caixa para atender a qualquer reajuste", afirmou o secretário.

Independente disso, prossegue, há um cenário de desigualdade salarial nas Ifes. "Só no Brasil acontece de um aposentado ganhar mais que quem está na ativa. Temos uma tabela com situação das mais divergentes nas universidades. Por exemplo, o salário médio na Universidade de Rio Grande é de 3.200 reais, enquanto que na UFRGS é quase mil reais menos", observa Baeta Neves.

Na reunião do Ministro da Educação com os reitores, em Brasília, chamou a atenção o fato de, primeiro, Paulo Renato de Souza convocar a imprensa para apresentar as propostas do governo para, só depois, se reunir com os administradores das universidades. Baeta Neves sugere que os professores acabem com a paralisação. "A greve não é exatamente parte da atividade acadêmica. É uma situação que preocupa, porque prejudica a atividade acadêmica e os alunos da graduação são os mais afetados".

As observações do representante do MEC foram contestadas pela presidente do Sindicato Nacional das Associações de Docentes do Ensino Superior (Andes/SN), Maria Cristina Moraes. "A gente não vê esse dinheiro que eles dizem que aplicam nas universidades. E se o professor Baeta e o Ministério estivessem preocupados com os rumos da greve, já teriam instalado algum meio de negociação". Ela não usa meias palavras para acusar o governo de manipular os dados que divulgam. "Eles pegam a Universidade de Mossoró, dizem que os professores estão ganhando acima dos demais lá, mas esquecem de dizer que isso é decorrência de um ganho judicial de 84% do Plano Collor".

Para a presidente do Andes/SN, preocupante é a intran-

sigência do governo. "Enquanto ela persistir, nossa posição é pela continuidade da greve, com todo interesse na negociação", diz. Segundo Cristina, nesse momento não há outra alternativa. "Antes disso tentamos de tudo, mas a categoria não tinha mais como enfrentar a situação".

Quem concorda com essa análise é o presidente da Adufrgs, Renato de Oliveira. "Antes de chegarmos à greve, usamos de pressão junto ao Ministério, tentamos negociações e buscamos sensibilizar os parlamentares. Nós, através da Adufrgs, conseguimos que a bancada gaúcha montasse uma comissão para tratar das questões da Universidade no Congresso. Não tivemos nenhuma resposta do MEC. A greve tem sido única forma de pressão embora, lamentavelmente, o governo ainda se mostre insensível".

Conforme Oliveira, se a universidade fosse tão mal administrada como dizem o ministro e seu secretário, o governo deveria instaurar um inquérito administrativo para apurar o que foi feito com os recursos que eles dizem ter enviado. "Eles estão desacreditando publicamente reitores e professores e isso é inaceitável". O sindicalista vê alguns recuos do governo em relação a duas das três reivindicações da categoria: reconhecer que existem bem mais do que duas mil vagas para docentes a serem preenchidas e se propor a mudar seu Programa de Incentivo à Docência. Quanto à reajuste de salário, não há qualquer sinal de negociação.

A resistência se deve a um argumento econômico que é a âncora deste governo, dizem os sindicalistas: se o governo der um reajuste linear de 48,65%, correspondente à defasagem de três anos, admite publicamente que há inflação. "Sua política econômica vai para o ralo", avalia Oliveira. Para impedir que isso aconteça, o governo joga com a opinião pública, fazendo passar – e bem – que o servidor público é preguiçoso e incompetente e que, portanto, não merece reajuste.



## UNIVERSIDADE

**O candidato a presidente** **Ciro Gomes** *foi o convidado da aula inaugural da Faculdade de Direito da Ufrgs neste ano. Entre outras coisas, falou sobre a situação da universidade pública e expôs suas saídas, reproduzidas a seguir:*

# O futuro é a meritocracia

A Universidade Pública brasileira está agonizante. Nós perdemos um terço dos cérebros qualificados, especialistas, mestres e doutores, em função do terrorismo recente da mal arranjada Reforma Administrativa e Previdenciária. Um professor com titulação absoluta, em fim de carreira, com dedicação exclusiva não chega a receber R\$ 1,8 mil de salário, o que é metade do salário de um motorista do Congresso Nacional. Eu não sei qual a extensão desta lesão aqui na Ufrgs, mas no último um ano e meio o Brasil perdeu um terço dos cérebros de alta qualificação da universidade no país. O Brasil perdeu seus especialistas, mestres e doutores por aposentadorias precoces motivadas pelo terrorismo, pela falta de diálogo, pelo autoritarismo do encaminhamento da chamada Reforma Administrativa e Previdenciária. Sabe quanto tempo demora para formar um profissional desses 30 anos! E em um ano e meio, nós chutamos porta a fora da universidade brasileira um terço dos cérebros melhor qualificados que custaram a toda sociedade brasileira preparar. Evidentemente, nós precisamos trocar completamente esta realidade e recuperar uma Universidade que tem que ser necessariamente pública e gratuita porque esse é o único e restante caminho de ascensão social para que os filhos dos pobres e filhos da classe média possam ter uma mudança de classe. Só a qualificação de nível superior de alta qualidade pode permitir a permeabilidade social em um país onde a divisão social está ficando profundamente insuperável.



Fala de candidato: a universidade pública está agonizante

## Modelo tecnológico

O modelo de substituição de importações implantado no Brasil da Era Vargas obrigava o país a se desenvolver tecnologicamente de maneira que no futuro nós fôssemos capazes de saber fazer da agulha ao avião, passando pelo computador. Uma espécie de autarquia tecnológica. Para isso, nós praticamos toda uma modelagem universitária com círculos acadêmicos complexos. Houve a moda das Engenharias e se disseminaram universidades pelo país inteiro. Faculdades disso, daquilo outro, evidentemente dentro da lógica de criar uma autarquia tecnológica também. O complemento deste ciclo nos põe diante dos olhos hoje uma tarefa não menor do que redesenhar o Estado, redesenhar o modelo de desenvolvimento do país, compreender em novos valores que economia política deve orientar a estratégia nacional de desenvolvimento. E disso derivar mil especializações, entre elas que tipo de modelo educacional, que tipo de padrão de ensino superior, que tipo de

profissional a universidade brasileira precisa se adaptar para produzir. Ou que tipo de financiamento nós queremos como sociedade para basear o financiamento da educação. É uma contradição hoje: há uma percepção crescente de que sem educação de qualidade em todos os níveis, especialmente no 3º grau, o Brasil está condenado a ser uma nação vassala, impossível se integrar de forma soberana. Este financiamento não quer dizer só dinheiro, mas especialmente recursos humanos.

## Saída pela tecnologia de ponta

O Brasil não agüenta competir nem aqui dentro e muito menos lá fora com este crescente processo de globalização com a conflagração do comércio mundial se não revolucionar imediatamente para que os produtos disso, daqui 10 ou 15 anos, comecem a preparar nossa estrutura acadêmica de ensino básico e superior. A terceira deformação final deste modelo é de que o país podia desenvolver uma autarquia tecnológica. Isso não é mais possível no planeta e impõe um paradigma novo para a universidade brasileira. Salvo estes centros de humanas, toda a nossa universidade deriva de um modelo que é mais recente e foi montado para financiar esta estratégia nacional desenvolvimentista. É o modelo que queria preparar especialistas, que queria por uma ênfase forte nas Engenharias. Era o modelo que queria preparar o Brasil para exercitar esta auto-suficiência tecnológica. Tudo isso está caindo ruídosamente no chão. Por quê? Porque o drama tecnológico,

J. C. Rangel

a revolução científico-tecnológica que aconteceu no mundo e que está em ocorrência, a Terceira Onda da revolução industrial, provocou uma coisa que para nós tem logo uma consequência terrível. Hoje o país teria que fazer uma outra universidade. Nós teríamos que hierarquizar nosso sistema universitário e tentar criar uma ponta onde o Brasil fosse vantagem comparativa, tentando extrair daí o agregado que nos permitisse financiar a troca tecnológica que nós temos hoje. Ou seja: lá atrás fazia sentido um modelo tecnológico onde o Brasil queria competir como

se fosse uma corrida de maratona, a gente iria chegar atrasado mas teria um enorme mérito. Hoje, a corrida tecnológica é de 100 metros rasos. Não existe mais vantagem nenhuma em chegar um segundo e meio atrasado. Não é uma tragédia? Só que há duas atenuantes. Em primeiro lugar, nós não temos solidão nesta área, este é um drama do Planeta. Em informática, os americanos estão sozinhos lá na frente. Em segundo, o modelo não se sustenta mais e toda a modelagem nova que nós temos que fazer exige uma revisão completa da estrutura universitária brasileira.

## Generalidade no lugar de especificidade

O profissional que os modos sofisticados e vanguardistas de produção exigem não é mais especialista, mas multihabilidoso. Não é que você não precise ser um bom especialista nisso ou naquilo, mas a formação universitária tem que enfaticamente lhe preparar para uma compreensão holística, não mais da sua arte, mas da integração dela com os outros ramos do saber humano, com a ambiência

produtiva, econômico-social, política e natural. Isso é uma mudança completa de paradigma.

## Corporativismo e financiamento

Essa universidade nova não pode descer do céu. Ela tem que ser construída a partir da estrutura que temos. E aí nós estamos desafiados a repensar o modelo universitário brasileiro. Porque denunciar a omissão do governo eu já denunciei, mas isso não basta e nem pode nos permitir sair deste impasse apenas homenageando o corporativismo, que é um outro vício intramuros que a universidade, por defesa, tem desenvolvido como rudimento de organização. Ou seja: não está fácil a tarefa porque até a interlocução é difícil. Os professores brasileiros reagirem ao dismantelo da universidade, compreendendo o mundo com seu ponto-de-vista corporativo é um erro dramático que só dismantelará mais ainda o desprestígio agudo e criminoso que se dá à nossa inteligência qualificada. Nós estamos propondo que a universidade passe a fazer um nexos absoluto de contato à realidade exterior aos seus muros e aí busque não só a legitimação política para fortalecer e se represtigiar mas também mecanismos de co-financiamento. O que nós precisamos é uma universidade que busque o permanente co-financiamento, embora a responsabilidade por isso seja pública. Co-financiar a universidade é fazer como no mundo inteiro: lançadas as fontes de interlocução com a sociedade, com o mundo produtivo, extrair desta parceria ganhos. Ganhos de retreinamento, de qualificação do processo de educação de alunos e remuneração que fortaleça os cofres da universidade, permitindo a solução de alguns de seus estrangulamentos.

## A universidade dos melhores

Não dá para ter uma universidade multidisciplinar em cada município deste país, como é a pretensão equivocada do passado. Universidade é excelência. Tudo que é de massa perde a excelência. Universidade é uma instituição meritocrática, não é lugar de se fazer democratismo. Universidade é mérito. Então, nós precisamos é deixar de fazer de conta que temos uma universidade e ficar aí produzindo diplomados semi-analfabetos, desempregados de nível superior. Nós precisamos ter coragem de assumir isso. As estruturas devem ser sempre democráticas, é claro. A universidade é uma instituição essencial à democracia que nós queremos. Mas ela, internamente, é uma organização meritocrática. Tem que acabar com essa história toda de democratismo, de fraudes e de basismo que estão anestesiando completamente o conceito que deve presidir uma universidade que é a meritocracia. Meritocracia do professorado, da sua carreira. Meritocracia da sua estrutura administrativa, que há de ser profissional. Não se compreende uma universidade administrada politicamente, nem nomeando político com *know how* nem também pela política das corporações.

## Prova federal no lugar do Vestibular

É o mérito e a gestão profissional que tem que ser cabeça do sistema universitário. E também a meritocracia da estudantada, que começa encerrando a cultura do vestibular e transferindo para uma avaliação feita nos três anos do 2º Grau. Uma prova federal que dê ao aluno um conjunto de desempenho que se incorpore e seja aplicado para o sistema inteiro. O critério de quem vai para onde é o desempenho. Ele pode perder o conforto de estudar perto de casa, mas o Estado deve prover um crédito direto ao aluno, em dinheiro ou em serviços civis, para fortalecer o financiamento do seu curso em Fortaleza, por exemplo.



PESQUISA EXCLUSIVA

Quando caiu como um balão cheio de ar sobre as universidades públicas, o Programa de Incentivo à Docência nas Instituições Federais de Ensino Superior (PID/Ifes) foi alvo de indignados protestos contra sua forma e conteúdo. Coesos, movimento docente e reitores logo reagiram com manifestos públicos endereçados ao MEC, ao presidente Fernando Henrique Cardoso e à sociedade como um todo. Calculadamente ou por um infortúnio do governo, o PID se transformou no estopim que o movimento precisava para estourar a greve nacional por tempo indeterminado. Até o fechamento desta edição, a paralisação envolvia 47 das 52 Ifes. Mas até que ponto o PID foi rejeitado dentro da Ufrgs?

Professores da Ufrgs não aceitam o PID

James Görgen

Para obter esta e outras respostas, a Associação de Docentes da Ufrgs (Adufrgs) encomendou uma pesquisa à Max Lacher – Consultoria de Marketing. Do período de 27 de março a 7 de abril de 1998, a empresa entrevistou 300 professores dos quatro campi da universidade. O cruzamento dos dados resultantes do questionário de 17 perguntas revelou posições que reafirmam algumas tendências e derrubam mitos.

Duas semanas depois da conclusão da pesquisa e com o PID não tendo conseguido desestabilizar o movimento, o MEC voltou à carga. Era o PID 2, anunciado durante uma reunião do ministro com os reitores, em Brasília. A reformulação feita às pressas pelos técnicos do Ministério acabou amortecendo uma das principais críticas à primeira versão do programa: a exclusão da maioria dos professores. O novo PID não apenas aumentou o número de bolsas, criando um espectro que vai de R\$ 250 a R\$ 1,1 mil, como também incluiu os docentes com regime de trabalho de 20 horas semanais. Pelos recursos do MEC, os mesmos R\$ 162 milhões do PID 1 seriam agora divididos entre 40 mil pro-

fessores.

Mesmo assim, os grevistas se mostraram contra a proposta. Na opinião de muitos professores da Ufrgs, o objetivo maior do PID 2 ainda é o de dividir os professores no momento que a greve se torna mais forte. “Apesar de ter incluído mais professores com o PID, o MEC esquece dos aposentados e dos técnico-administrativos”, posicionou-se a 1ª secretária da Adufrgs, Eloína Prati dos Santos. Sua afirmação foi colocada durante um debate sobre o PID 2, promovido pelo Instituto de Matemática na última quarta-feira de abril. A mesa ficou dividida sobre a questão. Enquanto alguns professores da Filosofia acreditam que o programa pode ser um bom alívio financeiro, o comando local de greve só discute reajuste salarial. Prova cabal de que a estratégia do governo começa a surtir efeito junto às bases do movimento.

Além da maioria dos professores da Ufrgs rejeitarem o PID e declararem que apóiam uma greve mas não participam dela, ficou claro que o atual docente universitário está menos mobilizado do que em outros momentos históricos. “A visão que se tem é que os professores estão tirando de si a responsabilidade da decisão, jogando-a ao Sindicato/Associação, ao Governo Federal e até à Sociedade Civil.”, analisa o texto final da pesquisa elaborada pela Max Lacher.

Rejeitando o PID

Se o governo pretende dividir a categoria

Pesquisa e aula não se separam				
Nível de concordância com “a questão da pesquisa pode ser desenvolvida pela criação de centro de excelência” por regime de trabalho – %				
Concordância	20 horas	40 horas	Exclusivo	
Concordo totalmente	8,0	3,0	3,0	
Concordo	32,0	17,0	13,0	
Indiferente	20,0	24,0	4,0	
Discordo	24,0	35,0	46,0	
Discordo totalmente	16,0	21,0	34,0	
Total	100,0	100,0	100,0	

Posição em relação ao PID – %	
Aceitar o PID incondicionalmente	3,0
PID como ponto de partida para a negociação	32,6
Rejeitar o PID	64,0
Resignar-se	0,4
Total	100,0

Quem conhece o Programa				
Nível de informação sobre o PID – %				
	Nada			3,7
	Pouco			33,3
	Muito			63,0
	Total			100,0
Níveis de informação por cargo				
Nível de informação	Professor auxiliar	Professor assistente	Professor adjunto	Professor titular
Nada	8,0	4,0	3,0	3,0
Pouco	71,0	38,0	31,0	21,0
Muito	21,0	58,0	66,0	76,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Informação sobre o PID por regime de trabalho - %				
Nível	20 horas	40 horas	Exclusivo	
Nada	7,0	12,0	2,0	
Pouco	63,0	55,0	25,0	
Muito	30,0	33,0	73,0	
Total	100,0	100,0	100,0	

terá um trabalho duro pela frente. Pelo menos em Porto Alegre. Com o resultado da pesquisa, a Ufrgs tem agora um dado concreto para oferecer ao Ministério da Educação e à opinião pública: 64% dos professores entrevistados rejeitaram a primeira proposta de PID. Considerando-se muito informados (63%) sobre o programa do MEC que concede bolsas aos professores que permanecessem em sala de aula pelo menos 6 horas por semana, 77,7% dos entrevistados estão contra o PID pelo fato de ele contemplar apenas uma parcela dos professores. Em compensação, quase um terço dos entrevistados (27,2%) considera que o PID seria um ótimo programa se atingisse a todos os professores. No quesito competição e reajuste salarial, existe quase unanimidade. A esmagadora maioria de 87,4% acha que o PID não é adequado pois estimula a competição entre os professores e 88,5% entende que o programa não será uma importante reposição salarial. Do total de entrevistados, 82,9% discorda da afirmativa de que mesmo o PID não sendo uma proposta ideal deve ser aceita por ser um avanço em relação à situação atual.

Os professores acreditam que o PID incentivará o aumento do número de aulas, como o próprio nome diz. Resta saber se o direcionamento para a docência poderá ser nefasto para a pesquisa e a extensão dentro das Ifes. Dos entrevistados, os professores dispendem, em média, 12,7 horas semanais com graduação, 17,3 horas com pesquisa, 7,9 horas por semana com atividades de pós-graduação e 6,5 horas com extensão. Para 73%, a questão da pesquisa não pode ser desenvolvida com a criação de “centros de excelência, com financiamento específico, sem necessariamente um envolvimento direto com a Universidade”. Outros 43,8% observam que o PID “provocará, inevitavelmente, uma evasão de professores da pesquisa e dos programas de pós-graduação”. Dividindo por cargo, o nível de discordância é maior entre os titulares (84,5%) e os assistentes (77%).

A importância dada à graduação pelo MEC não se reflete na opinião dos professores. Uma das principais discussões da Autonomia Universitária, a divisão das universidades em centros de excelência e ensino, é rechassada pelos docentes. Divididos pelo regime de trabalho, 80% dos professores que trabalham com dedicação exclusiva não consideram que a pesquisa poderia ser desenvolvida em núcleos separados das universidades.



PESQUISA EXCLUSIVA

# O que o professor tem na cabeça

Mesmo sendo diariamente alterada pelos rumos do conflito entre as universidades federais e o MEC, a pesquisa não perde sua essência ao revelar traços do perfil e do pensamento do professor que atua na Ufrgs.



Quem são os docentes da Ufrgs?			
Distribuição da amostra por titulação		Distribuição da amostra por cargo	
Título	Frequência (%)	Cargo	Frequência (%)
Graduação	4,0	Professor auxiliar	5,7
Especialização	8,1	Professor assistente	18,6
Mestrado	29,1	Professor Adjunto	62,3
Doutorado	53,4	Professor titular	13,4
Pós-doutorado	5,4	Total	100,0
Total	100,0		
Distribuição da amostra por regime de trabalho			
Regime	Frequência (%)	Possui outros rendimentos? - %	
20 horas	5,7	Sim	22,0
40 horas	18,6	Não	78,0
Dedicação Exclusiva	75,5	Total	100,0
Total	100,0		
Distribuição da amostra por tempo de instituição - %			
	Até 5 anos		30,7
	De 6 a 10 anos		12,7
	De 11 a 15 anos		9,4
	De 16 a 20 anos		20,1
	De 21 a 25 anos		16,0
	Mais de 25 anos		11,1
	Total		100,0

## Perfil: 78% não possui outros rendimentos

Mesmo sendo dirigida para registrar a avaliação dos professores da Ufrgs em relação ao Programa de Incentivo à Docência, a pesquisa encomendada pela Adufrgs traça um rápido perfil do docente que enfrenta calado a situação atual dentro da Universidade. Dos 300 entrevistados, 53,4% tem doutorado, 62,3% está no cargo de professor adjunto enquanto 75,5% trabalha em regime de dedicação exclusiva.

Para se ter uma idéia dos prejuízos causa-

dos pela falta de reajuste salarial, uma informação importante revela que 78% dos professores da Ufrgs não possui outros rendimentos. Sobrevive exclusivamente dos vencimentos que ganha com aulas, pesquisa e extensão. O cenário do abandono futuro que espera a instituição fica latente quando os docentes que declaram exercer outras atividades fora da Ufrgs estão aposentados (24,4%) ou já possuem outros empregos (19,6%).

# Universidade Pública: O fim está próximo, mas 68,5% não pensa em sair

Mesmo não existindo uma luz no fim do túnel das universidades federais, o clima dentro da Ufrgs não parece ser de final de campeonato. Em muitas questões as posições são divergentes. Perguntados sobre o futuro, 63,8% dos entrevistados não tem dúvidas de que a universidade pública tende a desaparecer se o governo der continuidade à política desenvolvida para o setor. Ao mesmo tempo, uma parcela considerável (32,9%) discorda desta posição.

Uma proporção semelhante é mantida na opinião sobre o sucateamento da Ufrgs. Enquanto 64,5% entende que a estrutura oferecida pela universidade para os professores ministrarem suas aulas não é adequada, 29,8% dos professores está satisfeito com suas condições de trabalho para o exercício da docência. Na opinião de 63,5% dos entrevistados, o PID é um dos instrumentos que será usado pelo governo como estratégia de esvaziamento/sucateamento da Universidade Pública. Posição bem diferente do ministro Paulo Renato de Souza e do secretário de Ensino Superior, Abílio Baeta Neves, para quem a estrutura de educação pública não está sendo sucateada.

### Não ao êxodo

Contrariando uma tendência que a cada dia vem se firmando mais dentro de todas as instituições federais de ensino superior (-lfes), os professores entrevistados parecem não estar dispostos a promover a chamada "fuga de cérebros" para as universidades privadas. Mais de dois terços dos entrevistados (68,5%) discorda que a perspectiva de futuro dos professores esteja, hoje, nas universidades privadas. Durante o ano de 1997, 91 professores deixaram a Ufrgs para se aposentar. Nem todos, necessariamente, deixaram de trabalhar. Sobre este ponto, 24% admite que migrar para uma instituição privada está em seus planos e 7,3% se considera indiferente a esta questão.

# Greve: 44,95% em cima do muro

Paralisar é preciso?	
Responsabilidade pela situação atual	
Entidade	%
Governo Federal	67,6
ANDES	0,4
Professores em geral	33,3
Sociedade Civil	12,7
Governo e sociedade civil	4,1
Todos	2,9
Outros combinações	9,0
Total	100,0
Posição em relação à Greve - %	
Se juntaria a paralisação	35,5
Apoiaria, mas não participaria	44,9
Não apoiaria, nem participaria	19,6
Total	100,0

Apóia, mas não participa. Esta posição em relação à greve, considerada esquizofrênica por muitos, demonstra o quanto boa parte dos professores da Ufrgs está confusa sobre as formas de protesto para reverter a crise na universidade pública. Enquanto 35,5% se juntaria imediatamente a uma paralisação, 44,9% dos entrevistados apoiaria uma greve, mas não participaria de passeatas ou outras manifestações. Ao mesmo tempo, uma greve por tempo indeterminado aparece atrás da vontade de esclarecer a opinião pública. Dos entrevistados, 72,3% acha mais importante informar a população antes de paralisar (13%). Outro fato que aponta uma tendência é que 30,7% dos entrevistados tem até cinco anos de instituição. Este índice comprova uma observação empírica dos docentes que possuem mais tempo de trabalho: os professores da Ufrgs estão cada vez mais jovens e afastados do movimento.

Olhando verticalmente, porém, a pré-disposição à greve aumenta ou diminui de acordo com o cargo e titulação do professor,

Premissas que derrubam mitos					
Afirmativas - %	Concordam totalmente	Concordam	Indiferente	Discordam	Discordam totalmente
De acordo com a política desenvolvida pelo Governo Federal, a universidade pública tende a desaparecer.	20,7	43,1	3,3	27,6	5,3
A opção de greve, ao longo dos anos, foi banalizada, por isto não serve como elemento de pressão.	19,3	43,9	5,3	24,6	7,0
Ministrar aulas na Ufrgs continua sendo um importante ganho de imagem para o professor.	13,9	51,0	20,8	12,7	1,6
A perspectiva de futuro dos professores está, hoje, nas universidades privadas.	2,4	21,6	7,3	46,5	22,0
Quem realmente "carrega" o piano na Ufrgs são os professores que estão prioritariamente em sala de aula.	6,1	24,1	8,2	47,8	13,9
É adequada a estrutura oferecida pela Ufrgs para os professores ministrarem suas aulas.	0,8	29,0	5,7	50,2	14,3

o que demonstra uma certa revolta daqueles que estão achatados salarialmente na base da pirâmide acadêmica. Enquanto apenas 22% dos titulares e 33% dos adjuntos se juntariam à paralisação, um maior número de auxiliares (54%) e assistentes (49%) aderiria imediatamente a uma paralisação. Inseridos no topo da pirâmide, os titulares são também os professores com maiores dúvidas sobre a greve. Exatos 50% apoiaria uma greve, mas não participaria dela.

Este fenômeno curioso pode ser consequência de greves fracassadas, individualização do trabalho de pesquisa e docência ou do elevado grau de competição por recursos públicos que existe entre os professores com maior responsabilidade sobre projetos científicos. A própria alternativa greve não é a preferida dos professores de todos os cargos. Para 63,2%, esta opção, ao longo dos anos, foi banalizada e por isso não serve como instrumento de pressão.

Parados por tempo indeterminado ou pela simples falta de vontade de mobilização, os professores da Ufrgs já identificaram o maior responsável pela quadro atual. Para 67,6% dos entrevistados, o governo federal tem culpa da situação em que se encontram os docentes universitários. Surpreendentemente, a sociedade civil ocupa o segundo lugar, com 12,7% das respostas válidas. Tirando o corpo fora, apenas 3,3% dos professores admite que a culpa por este cenário

seja deles próprios. Talvez pelo mesmo motivo, 71,7% está esperando o sindicato negociar uma saída para o problema, 11,9% considera-se resignado, 9,7% procura outras atividades, enquanto apenas 2,6% garante que, de olho no futuro, está buscando vaga em universidades privadas.

Quem tem mais tempo de movimento docente e participou de várias greves não está preocupado com os números da falta de mobilização e interesse apontados pela pesquisa e chega, até, a ficar otimista com o resultado. "O início de uma greve sempre é muito difícil. Os professores estão céticos. Mas a medida que o movimento se avoluma, os que não estavam aderindo passam a aderir", garante o membro do comando local de greve da Ufrgs, professor de Física Cláudio Scherer.

Se no momento em que a pesquisa foi feita, mais de 35% dos professores dizia que entraria imediatamente na greve e outros 45% se mostravam relutantes, enquanto outros diziam que não adeririam, Scherer acredita que com a decretação da greve os que se mostravam relutantes irão aderir e os que não estavam pensando em parar passarão a ficar relutantes. No período em que a pesquisa foi feita, 48,5% dos entrevistados considerava a greve como uma alternativa que dependia das negociações com o governo. "A greve está muito forte", afirma o físico.



## Um artigo em jornal e um debate na TV causaram grande indignação entre os professores universitários brasileiros em abril. Leia uma breve análise do que causou o qüiproquó

### Em defesa da Universidade pública?

**No jornal:** aqueles que leram *Em defesa da Universidade Pública*, assinado pelo professor José Arthur Giannotti, publicado na Folha de São Paulo de 17 de abril, são unânimes em afirmar que se trata de uma análise feita por um professor da USP e amigo d'El Rey. Se os amigos d'El Rey estão criticando a conduta do MEC em relação às IFES, é porque sabem que a situação nunca foi tão precária. No artigo de página inteira (texto que Giannotti apresentou no seminário *Brasil 500 – Como se muda um país através da Educação*, promoção do MEC e das Organizações Globo), ele começa dizendo: “Há hora de atacar, há hora de defender. Se durante muitos anos fui crítico da Universidade brasileira, denunciando seus abusos, sua forma burocrática e privada de gerenciamento, a estrutura departamental propiciando o pacto entre os mediocres e assim por diante, tenho agora a responsabilidade de defendê-la, notadamente sua parte pública, quando sua sobrevivência está ameaçada por uma quebra-de-braço entre o governo federal e as lideranças mais significativas do ensino superior.”

O artigo de Giannotti deixa entrever a estratégia que os tucanos de bico e pena de ouro poderão utilizar: 1) a negociação “caso a caso” com as Universidades, procurando dividir para imperar, e 2) “abrir o balcão” no MEC, como disse o ministro Paulo Renato, supondo que poderia receber e analisar no MEC os pedidos de bolsa diretamente. Textualmente, disse o amigo e colaborador pessoal de Efeagá, professor José Arthur Giannotti: “Que se inicie rapidamente uma negociação, caso a caso, com as Universidades, por meio de comissões formadas por representantes do MEC, do Ministério da Fazenda,

de especialistas e da Universidade em questão, a fim de definir seu projeto e o perfil de sua autonomia”. Novamente, surge a proposta do “caso a caso”, para a implantação da autonomia.

**Na TV:** No debate *Fogo Cruzado*, pela Bandeirantes no dia 19 de abril, Abilio Baeta Neves, secretário de ensino superior do MEC e ex-pró-reitor da Ufrgs, causa grande indignação ao afirmar que o MEC aceitaria discutir me-lhorias na remuneração. “daqueles que trabalham” – foram estas suas palavras. Logo, supõe-se que há os que não trabalham e, assim sendo, ficaremos sem reajuste até que o MEC descubra que trabalhamos, e muito. Abilio acrescentou que a questão salarial não é um problema exclusivo dos professores mas de todo o funcionalismo e se deve a dificuldades gerais de caixa do governo. Por isso, não pode ser resolvido pelo MEC.

**Conclusão:** Todos reconhecem as precárias condições em que se encontram as universidades públicas e a penúria salarial por que passam os professores. Entretanto, tanto o MEC quanto a equipe econômica se recusam a discutir o reajuste de salários. Apresentam como solução o Programa de Incentivo à Docência, que exclui grande parte dos professores em atividade e a totalidade dos aposentados e servidores técnico-administrativos. A outra alternativa apresentada é a Autonomia Universitária que, com o tipo de política existente para a Educação, é o mesmo que o governo dizer “Peguem essa autonomia e virem-se como puderem”. Ou seja, a Universidade teria maior liberdade para gerir seus recursos, mas o Estado não teria compromisso com sua manutenção.

## Observatório



### Ministro recebe grevistas

No fechamento desta edição (12/5), o Comando Nacional de Greve do Andes foi recebido em audiência pelo ministro da Educação Paulo Renato de Souza. Foi a primeira vez, desde o início da greve, que o ministro se propôs a receber a representação dos professores grevistas. Paulo Renato declarou que só concorda com a instalação de uma mesa de negociação após o término da greve da categoria. O ministro adiantou aos professores que a posição do MEC na mesa, se for criada, será contra o reajuste salarial linear e contra a inclusão de inativos em qualquer alternativa salarial.

Quanto ao Programa de Incentivo à Docência, o ministro se declarou aberto à propostas, desde que seja convencido de que há alternativas melhores do que o PID. O Programa, instituído via medida provisória, foi rejeitado massivamente pelos professores e dirigentes universitários de todo o país. Os docentes avaliaram que o PID é discriminatório, acentua a hierarquização, quebra a isonomia e exclui grande número de docentes e demais servidores das universidades.

### MEC pressiona reitores

O MEC enviou carta aos reitores das universidades federais orientando-os a cortarem o ponto dos professores em greve. Essa foi a primeira ofensiva do governo em relação ao movimento. O fato foi devidamente divulgado pela imprensa, no velho estilo de fazer pressão através da mídia, e muitos reitores ficaram sabendo do assunto através dos jornais. O documento, com data de 4 de maio, prevê a suspensão do fornecimento dos vales-transporte para os professores e servidores e o corte nos vencimentos referentes ao mês de maio.

Na Ufrgs, uma reunião com o reitor em exercício, Nilton Paim, serviu para comunicar oficialmente o fato aos representantes dos grevistas. Paim disse que a decisão de cortar ou não o ponto deverá ser remetida ao Conselho Universitário. O Consun já se manifestou favoravelmente à greve e aprovou uma Moção de Apoio que apela para a abertura das negociações junto às autoridades governamentais.

### Números da greve

Nos últimos três anos, as despesas do MEC foram proporcionalmente reduzidas no Orçamento da União em relação aos demais gastos públicos. A Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados fez o levantamento baseada nos gastos não-financeiros, que excluem as despesas com pagamentos de dívidas. Em 1995, o orçamento executado pelo MEC foi de R\$ 9,070 bilhões, representando 7,6% do previsto para toda a União.

Um ano depois, o valor nominal aumentou para R\$ 9,1 bilhões enquanto nas despesas não-financeiras caiu para 6,4%. No ano passado, os custos do MEC continuaram em queda, passando para 5% dos gastos do governo federal. Em 1998, o valor previsto para o MEC é de R\$ 10,5 bilhões, subindo para 5,5% do total previsto para o orçamento não-financeiro da União.

As instituições federais de ensino superior (Ifes) também perderam com esta redução. Há três anos, os R\$ 5,8 bilhões executados com o ensino de Terceiro grau e escolas técnicas representava 4,9% das despesas não-financeiras da União. Em 1997, a proporção caiu para 3,2%. Para este ano, as Ifes deverão receber R\$ 6,5 bilhões ou 3,4% da verba total do governo federal.

## DITOS & PITOS



“Do monopólio da Coca-Cola, ninguém fala.”

Bill Gates, ao ser criticado pela voracidade com que a Microsoft atua no mercado de softwares

“Apenas três pessoas, com um único gesto, calaram o Maracanã lotado: Frank Sinatra, O Papa João Paulo II e eu.”

Ghiggia, jogador da seleção uruguaia de 1950, quando o Brasil perdeu a Copa por 2 a 1.

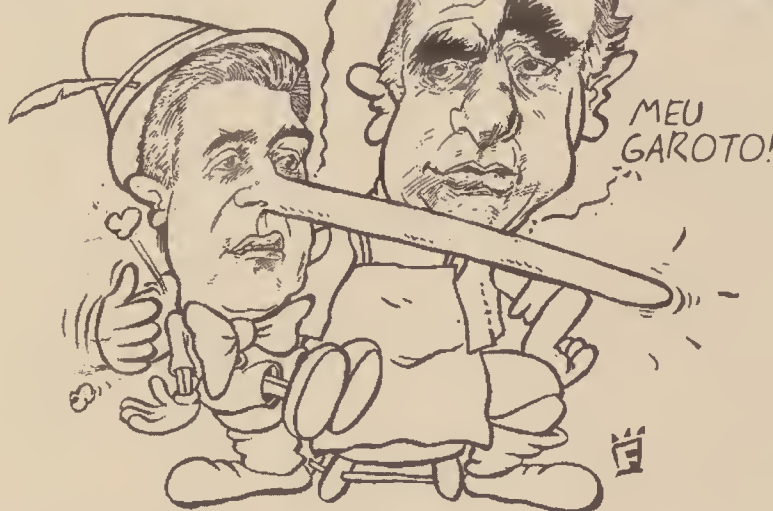
“Não têm pão? Que comam brioche”

Maria Antonieta, rainha da França guilhotinada em 1793, ao ser informado que o povo não tinha o que comer

## AD NAUSEAM

BAETA, O BONECO DA CARA-DE-PAU  
E O MINISTRO GEPPETTO  
As universidades não estão sucateadas

A UNIVERSIDADE NÃO ESTÁ SENDO SUCATEADA!





DATA VENIA

**Professor: suas dúvidas em relação à carreira e aposentadoria serão esclarecidas nesta página pelos advogados trabalhistas do escritório Genro, Coelho, Camargo & Maineri. Baseados em seu problema, os consultores jurídicos da Adufrgs fornecerão informações e indicarão saída para casos similares de dezenas de outros docentes. Antes de tomar um decisão que afetará seu futuro, escreva para a redação do jornal Adverso.**

# Um Parecer sobre a MP que criou o PID

*Parecer sobre a Medida Provisória 1616-15, editada em 12 de fevereiro de 1998, sobretudo no que toca à criação do Programa de Bolsas de Incentivo às IFES (PID).*

A má técnica legislativa é um forte indício de que o PID seja um "balão de ensaio" do Governo. A quantidade de lacunas da Medida Provisória só se explica se elas forem proposítas. A generalidade da finalidade do programa é impressionante: estimular e valorizar o envolvimento de docentes com o ensino. Esta análise, é bom que se frise de imediato, é feita em caráter preliminar, já que a regulamentação do programa poderá trazer profundas alterações e detalhamentos.

O pequeno alcance do programa já tem sido abordado em diversos artigos, dentre os quais destacamos as manifestações dos Sindicatos de Docentes, dos Conselhos Universitários de várias IFES, da SBPC, da ANDIFES, etc.

É princípio assente na jurisprudência e doutrina que a concessão de vantagens a determinados grupos de funcionários se justifica na medida em que sejam exigidas situações individuais do servidor ou condições especiais de trabalho. Assim, a gratificação de insalubridade só é devida a quem estiver sujeito aos malefícios de agentes químicos, biológicos, físicos ... As gratificações de função pressupõem o exercício da função, portanto, não são extensíveis aos demais. Nota-se que os exemplos supra têm, uma marca comum que é a existência de particularidades da função exercida. Esta diferença entre os servidores que se submetem a situações que os diferenciam dos demais justifica a vantagem com exclusividade. Do contrário, estar-se-ia desobedecendo a regra isonômica, ou seja, os desiguais estariam sendo tratados igualmente.

No caso do PID, este elemento diferenciador não se faz presente, pois, sem dúvida alguma, o envolvimento do docente com o ensino é uma característica inerente à própria condição de professor. Ou será que o Governo pretende estabelecer critério objetivos de comprometimento maior ou menor de um ou outro professor com o ensino? Esta tentativa, evidentemente, fracassará por sua óbvia ilogicidade.

Acredita-se que o grande desafio do PID seja o estabelecimento, por critérios rígidos e objetivos, de uma valoração do envolvimento do professor e o desestímulo do outro. Sem uma diferença entre eles, a concessão da bolsa pode ser interpretada como uma privilégio do professor "premiado".

Conforme já nos manifestamos em artigo intitulado Ação Rescisória: Dois Golpes a Mais na cidadania\*...

o princípio isonômico é um daqueles princípios que a doutrina moderna tem chamado de princípio estruturante, ou seja, aqueles que resumem opções políticas fundamentais de uma nação dita democrática, e sobre as quais repousa toda a ordem constitucional.

Sobre o real sentido do princípio da igualdade, ensina Jorge Miranda\*: o sentido primário do princípio é negativo: consiste na vedação de privilégios e discriminações.

O conceito de privilégio, a seu turno, é perfeitamente delineado por Willis Santiago Guerra Filho em seu artigo "princípio da isonomia e da proporcionalidade e privilégios processuais da fazenda pública": A definição jurídica do que seja "privilégio", tal como nos foi legada já pela tradição, que remonta ao Direito Romano, é de se considerar como o que

emana de preceito que dispõe sobre situação individual, seja para punir ou para beneficiar, desconsiderando, assim, a generalidade, que já a filosofia grega apontava como da essência das leis. O império da lei, em um Estado de Direito, requer, portanto, que se reconheça esse caráter de generalidade das leis e, de que todos sejam iguais perante elas, igualdade essa que é decorrente da própria circunstância de haverem leis, normas jurídicas dignas de assim serem designadas. A idéia de lei, por conseguinte, como assevera Hauriou, necessariamente incorpora a idéia de igualdade e repele a idéia de privilégios".

O privilégio, portanto, é a antítese da igualdade e não uma exceção justificável. Essa última, é a prerrogativa, que é justificada a partir da superioridade necessária ao exercício de uma função pública.

Ao contrário do "privilégio", a prerrogativa atua no sentido de garantir a igualdade, compensando desigualdades, de forma justificada. Reafirmamos, portanto, que enquanto o PID estiver carente de situações díspares a justificar a diferenciação entre os docentes, será inconstitucional. Porém, a inconstitucionalidade do programa, nos moldes até agora expostos, não se limita apenas ao princípio da igualdade.

O PID exclui os professores que recebam proventos de aposentadoria de qualquer órgão. A limitação, da forma geral como foi colocada mostra-se incompatível com a acumulação lícita de cargos permitida aos professores (e também a médicos, etc...) pelo art. 37, XVI da Constituição. Assim, se o professor aposentado eventualmente tiver outro cargo em atividade, não poderia ser excluído do programa, pois a per-

## Em síntese, o programa parece ter como único propósito acalmar os ânimos dos professores

cepção de proventos de aposentadoria não tem o condão de presumi-lo desestimulado com o ensino. Sendo lícita a aposentadoria e sendo esta um direito fundamental do servidor, não há razão para a exclusão.

Por outro lado, a exclusão dos professores detentores de bolsas de formação é também alvo de críticas. Tendo a bolsa de formação o objetivo de custear o aprimoramento técnico do servidor, não se confunde com a bolsa proposta pelo PID. Os fatos geradores das duas modalidades de bolsas não se confundem. Aliás, soa até certo ponto contraditório o Governo pretender o estímulo do envolvimento do professor com o ensino quando exclui uma grande parte daqueles que estão justamente se aprimorando tecnicamente.

Aliás, a LDB da educação nacional (Lei 9394, de 20.12.96) dispõe em seu artigo 67 que os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público o aperfeiçoamento continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim e a progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

Assim, aparenta-se contraditória a exclusão dos professores com bolsas de formação quando estas bolsas atendem

o interesse público delimitado pela própria LDB do ensino.

O Governo, por outro lado, como muito bem colocou o Prof. Renato de Oliveira em seu artigo "Programa de Bolsas de Incentivo nas IFES - tentativa de corromper a vida acadêmica" parece ignorar que o ensino federal engloba igualmente o ensino de 1º e 2º grau, excluindo do programa estes docentes.

Em síntese, o programa parece ter como único propósito acalmar os ânimos dos professores que há mais de 3 anos não têm seus vencimentos reajustados, apostando numa proposta que estimula a própria competição entre a categoria. A ausência de critérios diferenciadores entre os iguais cria a possibilidade de que os professores não contemplados com as bolsas requeiram judicialmente a extensão do benefício. Esse pleito se funda, sobretudo, na tese de que se trata de reajuste disfarçado de vencimentos.

E, enquanto vigente a atual Constituição, este reajuste seria manifestamente inconstitucional, violando a norma inscrita nos arts. 37, X e 39:

**Art. 37** A administração pública direta, indireta ou fundação, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

**X** – a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, far-se-á sempre na mesma data;

**Art.39** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

§1º - A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

Reprisamos que ainda é cedo para definir a real natureza do programa, devendo-se aguardar a regulamentação apropriada, a qual, a propósito, a MP não diz como será (através de Decreto? lei ordinária? instrução normativa?).

Na hipótese de ser definida a natureza do Programa como reajuste disfarçado – revisão geral, mais propriamente – o benefício deveria ser estendido aos aposentados por força do art. 40, §4º e pensionistas. Surgiria, também, a possibilidade dos demais servidores civis e militares pleitearem o tratamento isonômico aos docentes beneficiados.

Ressaltamos, mais uma vez, a necessidade de que se aguarde a regulamentação ou reedição da MP para, que, com isso, seja possível uma análise mais profunda do ponto de vista da constitucionalidade e legalidade.

São estas, em síntese, nossas considerações preliminares sobre o Programa de Bolsas de Incentivo às IFES. Esperando ter atendido ao questionado, remetemos o presente parecer à consideração da Direção Geral.

De Porto Alegre para Brasília, 9 de março de 1998.

\* in: Democracia e Mundo do Trabalho, v. 1 - Porto Alegre, dezembro/97 - publicação de GENRO, CAMARGO, COELHO, MAINERI & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C

\* MIRANDA, Jorge. Manual de direito constitucional. Coimbra, 1988.



Miriani G. Pastoriza / Professora do Departamento de Astronomia – IF/Ufrgs



Recentemente, duas notícias sobre asteróides tiveram grande destaque na imprensa internacional. Pela primeira vez a “mídia” apresentou ao público, com muita clareza, a imagem devastadora de nosso planeta sendo alvo de uma pedra de vários milhões de toneladas movendo-se a uma velocidade de 60.000.00 km/h. Caso o impacto fosse em uma cidade, certamente aconteceria uma catástrofe. A energia da explosão seria 20 milhões de vezes maior que a energia que ocasionou a destruição da cidade de Hiroshima. No início de março foi noticiado pela imprensa local as declarações do cientista russo Polovanova ao diário TRUD. Segundo este cientista, o asteróide Icarus, de 1,5 km de diâmetro, com massa de vários milhões de toneladas e cuja órbita cruza periodicamente a da Terra, poderia em sua próxima passagem no ano 2006 aproximar-se perigosamente de nosso planeta. O que é pior, poderia chocar-se com nosso planeta. Os astrônomos brasileiros e particularmente o professor Silvio Ferraz Mello, da USP, especialista na área, devolveu a tranquilidade ao público comunicando a imprensa que as órbitas dos 200 asteróides conhecidos, e entre eles o Icarus, estão muito bem determinadas e não representam um perigo para a Terra nos próximos 200 anos. Icarus, em sua próxima passagem, ficará distante da Terra em vários milhões de quilômetros. Por outro lado, as comunidades astronômicas nacional e internacional desconheciam o cientista russo Polovanova, alertando sobre a origem duvidosa da notícia. Poucos dias depois, Brian Marsden, astrônomo do “Harvard Smithsonian Center for Astrophysics”, nos Estados Unidos, anunciou à imprensa que o Asteróide 1997XF11 passaria a 48.000.00 km de distância da Terra em sua passagem do ano 2028. A possibilidade de uma colisão com a Terra não é muito grande, entretanto, não é impossível declarou o cientista. Este asteróide de 1.6 km de largura foi descoberto em 6 de dezembro de 1997 por Jim Scotti, membro do grupo “Space watch” ligado a Universidade do Arizona. Este grupo como vários outros tem como objetivo a descoberta e o acompanhamento de asteróides e cometas. 1997XF11 foi descoberto utilizando um velho telescópio do ano de 1921 porém equipado com uma moderna camera eletrônica. A imagem digitalizada da pequena região do céu é posteriormente analisada com um progra-

## Asteróides são uma ameaça?

ma de computação que permite identificar o pequeno objeto movendo-se contra o fundo de estrelas fixas. As três posições do Asteróide fornecidas pelos grupo de Scotti, mais duas dadas por astrônomos japoneses e uma observação de um astrônomo texano, foram utilizadas para determinar a órbita do asteróide e prever que em sua passagem no ano 2028, ficaria perigosamente próximo da Terra, a apenas 48000 km de distância. A proximidade fica evidente lembrando que a Lua dista 384.000,00 km da Terra. Uma colisão real com um asteróide do porte do 1997XF11 resultaria em uma catástrofe que afetaria globalmente a Terra. Caso o impacto fosse no Oceano uma onda de centenas de metros de altura se propagaria causando inundações e a destruição das cidades costeiras. Se ele colidisse no interior de um dos continentes, o impacto produziria uma cratera de 50 km de largura levantando uma nuvem de pó e vapor que bloquearia a luz do Sol por semanas ou meses.

Repentinamente o perigo desapareceu quando a astrônoma Eleanor Helin do “Jet Propulsion Laboratory” anunciou que novas posições foram determinadas em registros do asteróide do ano 1990. Esta nova informação, juntamente com as posições anteriores, permitiu determinar com maior precisão a órbita do asteróide, resultando que ele passaria 1.000.000,00 de km distante da Terra. Existem registros sobre a superfície da Terra de numerosos impactos de meteoritos. Estima-se que 150 vezes a Terra foi atingida por um destes objetos, e o número poderia ser ainda muito maior, como é o caso da Lua e Marte,

caso não tivéssemos a proteção da atmosfera terrestre. Alguns dos impactos são claramente visíveis, outros foram descobertos por meio de imagens transmitidas pelos satélites, outros foram apagados pela vegetação e muitos outros jazem no fundo dos Oceanos.

A maior cratera com cerca de 150 km, esta na ponta norte da península de Yucatan no México. Esta enorme cratera pode ter sido formada pelo choque, há 65 milhões de anos, de um meteorito de 13 km de largura. O impacto teve características de uma catástrofe global afetando todo o planeta, ocasionou o desaparecimento dos dinossauros e mais de 70% da vida na Terra.

Mais recentemente há 65000 anos, um meteorito de ferro de 200 metros deixou uma cratera de 1 km de largura e 200 m de profundidade no estado de Arizona. O último registro foi de 1908, quando um asteróide explodiu acima de Tunguska na Sibéria Russa, devastando uma área de várias centenas de quilômetros quadrados. O que opinam os astrônomos sobre a possibilidade de que novos impactos de meteoritos venham a acontecer na superfície de nosso planeta? Pensamos que é uma questão de tempo.

Existem evidências da existência de mais de 2000 asteróides com diâmetros maiores que 1 quilômetro que possuem órbitas próximas ou que cruzam a órbita terrestre. Apenas 200 destes foram descobertos e suas órbitas determinadas. Nada se sabe dos restantes. Estima-se em 30.000.000 o número de pequenos asteróides com diâmetros menores que 90 metros que também cruzam a órbita da Terra. Qualquer destes objetos que colidisse com a Terra destruiria uma cidade ou uma floresta, como aconteceu em Tunguska.

Para evitar futuras catástrofes, a primeira medida a ser tomada é o incentivo à formação de grupos de cientistas que se dedicam a descobrir e observar asteróides e cometas. Quanto mais cedo os asteróides forem detectados e suas órbitas determinadas mais fácil será identificar e desviar a trajetória daqueles que apresentam ameaças reais à Terra. O desvio da trajetória pode ser realizado interceptando o asteróide com um foguete e gerando uma explosão nas proximidades do mesmo. Asteróides de 90 metros de diâmetro detectados muito tarde exigem a explosão de bombas nucleares.





**Nubia Jacques Hanciau / Doutora em Literatura Comparada, professora da FURG**

# Recortes transculturais

Recortes transculturais (1997) traz um conjunto de oito artigos assinados por especialistas em literatura contemporânea e cultura americana que, tendo como referencial o contexto sócio-cultural das Américas, discutem o conceito de pós-colonialismo e pós-modernidade, ao mesmo tempo em que analisam processos de desterritorialização das línguas postas em contato e o fenômeno da tradução. Ao ler sobre a relativização das hierarquias e sobre a questão da identidade, o leitor encontrará ao longo de 150 páginas, uma visão plural da problemática da transculturação, vocábulo que expressa “os variadíssimos fenômenos que se originam em Cuba pelas complexas transmutações de cultura”, segundo Fernando Ortiz – em “Contrapunto del tabaco y del azúcar” (1940) – autor evocado pelas organizadoras, Eurídice Figueiredo e Eloína Prati dos Santos, em sua apresentação. Ambas remetem ainda a Ortiz para lembrar que os povos do continente americano passam por duas etapas – a da desculturação e da aculturação – antes de chegarem à síntese, à transculturação. Essa mestiçagem de raças e culturas já havia sido descrita por Gilberto Freire, em “Casa grande e senzala” (1933), e é denominada por Édouard Glissant de culturas compostas. Este defende, em “Introduction à une poétique du divers” (1996), a tese de que “elementos heterogêneos colocados em relação intervalorizam-se”, o que significa dizer não haver degradação ou diminuição do ser – seja do interior ou do exterior – nesse contato ou mistura. Em “Recortes transculturais”, as organizadoras sugerem que o processo de transculturação acelera-se em decorrência das migrações “que levam para o centro do império milhões de pessoas dos chamados países periféricos, acuadas por perseguições políticas, guerras ou, simplesmente, pelo imperativo econômico”.

O primeiro artigo é assinado por Anna M. Kindler, da Universidade da Columbia Britânica. Partindo de uma perspectiva canadense ela discorre sobre “Multiculturalismo e formação da identidade cultural”. Define esta última de acordo com Thomas (1996), que a vê como “um senso de pertença”, a partir de um eixo múltiplo que inclui religião, gênero, grupo social e profissional, língua, tradição familiar, particularidades, status econômico, idade, etc. Eloína Prati dos Santos propõe uma leitura pós-colonial da intertextualidade pós-moderna. Mostra como as teorias críticas apresentam elementos redirecionadores dos estudos da literatura para um comparativismo que valoriza as diferenças nas semelhanças. Lembra, entre as diferenças existentes entre o Canadá e o Brasil, o “permanente processo de construção, cuja dinâmica só aumenta nossas percepções da heterogeneidade dos conhecimentos e da informação”. Eurídice Figueiredo traz “as imagens do Brasil na literatura canadense”, através da obra do escritor, pintor e psicólogo brasileiro Sérgio Kokis, que vive em Montreal desde a década de setenta. Em “Pavillon des miroirs”, Kokis constrói seu personagem, um exilado estrangeiro que usa uma máscara de aparência anódina para ser aceito, para que o deixem em paz. Não confia nos outros nem está disposto a abandonar sua natureza profunda. Ele faz um jogo para se integrar. Para re-

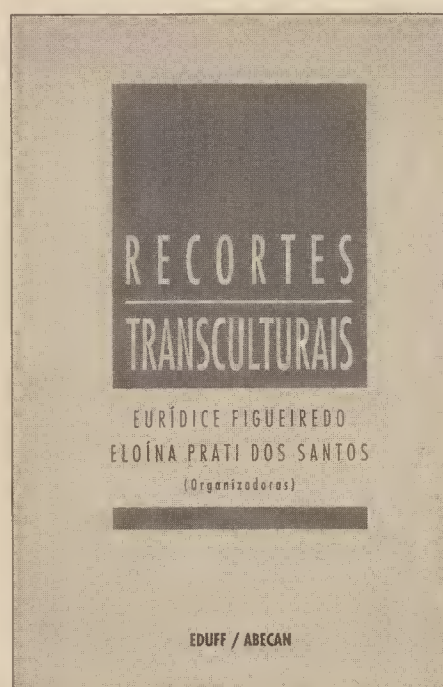
forçar o papel paradoxal do ator representado pelo estrangeiro, Eurídice convoca a psicanalista francesa Júlia Kristeva, que sobre ele diz: multiplicando as máscaras e os “falsos-selves”, ele nunca é totalmente verdadeiro, nem totalmente falso, e sabe adaptar aos afetos e desafetos as antenas superficiais de um coração de basalto (Kristeva, 1988). Zilá Bernd, ao analisar o romance “Pays sans chapeau”, mostra o tema da volta ao Haiti após um exílio de vinte anos, explorado pelo escritor haitiano Dany Laferrière e afirma tratar-se de uma biografia ficcional uma vez que o “eu” narrador coincide com a identidade do escritor, que olha sua pátria como um país de verdadeiros mortos (“sem chapéu”), lugar de agitação dos deuses voduns Ogou Badagri e Erzulie. Na pele de seu personagem escrotor, Laferrière passa pela terra natal, ressalta o maravilhoso e a doce loucura dos seres vivos e reatualiza o mito de Odisseu. Bernadette Velloso Porto demonstra que o ato de traduzir nunca é neutro; vê o processo da tradução como reescrita, menos preocupada com um simples ato de reprodução ou com aspectos técnicos do que com o acabamento estético. Ao escolher para analisar obras como a de Nicole Brossard (“Le désert mauve”), Monique LaRue (“Copies conformes”) e Jacques Godbout (“Une histoire américaine”), Bernadette revisita noções relativas ao ato tradutório, fala sobre o texto original, sobre tradução como recriação permanente e sobre experiências singulares de autores que escrevem em mais de uma língua, muitas vezes autotraduzindo-se. Permito-me aqui acrescentar o exemplo de Nancy Huston, escritora nascida em Alberta, a quem foi outorgado o prêmio “Gouverneur général” por um romance escrito em inglês, que “traduziu” para o francês, distinguindo com propriedade os campos das letras dos dos territórios. Vera Lúcia dos Reis, por sua vez, parte das reflexões de Paul Virilio e Marc Augé sobre os processos de globalização, os méritos da sociedade de informação, seus fascínios e catástrofes. E, juntamente com os narradores que acompanha, reflete sobre os recortes que vivemos hoje, sobre os mitos da América, sobre as línguas, seus territórios e espaços. Aborda a questão da necessidade da tradução para as diferentes línguas em relação como consequência das migrações. Suzana Bor-

néo Funck analisa os romances “The biggest woman of the world”, de Susan Swan, e “No fixed address: an amorous journey”, de Aritha Van Herk, para mostrar como as romancistas canadenses contemporâneas sentem a necessidade de revisitar o passado, conhecer seus mitos para poder contestá-los/subvertê-los. Suzana serve-se da “Teoria da paródia” (1985), de Linda Hutcheon, para dizer como as escritoras desconstróem as tradições veiculadas, revelando ainda como subvertem a representação patriarcal e colonialista – bases humanistas da cultura ocidental – para apontar outro lugar ideológico onde as convenções são questionadas e novas possibilidades culturais são oferecidas.

Por último, mas não menos importante, “Recortes transculturais” apresenta o texto “Colonialismo e pós-colonialismo na ficção de Margaret Laurence”, assinado por Miguel Nenevé. Ele analisa os romances “The side of Jordan” (1960) e “The diviners” (1974), que enfocam as experiências da escritora com os dissabores do colonialismo na África, onde viveu em momentos que precederam a independência, e sua vivência posterior, no oeste canadense. O professor Nenevé mostra que Laurence – como suas protagonistas – sabe das responsabilidades sociais de uma escritora, podendo, através da ficção, recuperar a memória do povo oprimido. Ao condenar o imperialismo, resistir aos códigos estabelecidos pela classe dominante e ouvir a voz dos méti, a romancista está ajudando a “transformar os espectadores aniquilados com sua inessencialidade em atores privilegiados”, conforme já defendera Frantz Fanon em “Peau noire, masques blancs” (1952).

A multiplicidade de leituras mostra que as organizadoras de “Recortes transculturais” têm razão ao dizer que, com a obra que propõem, o leitor terá uma visão plural da problemática da transculturação. Mesmo que o espaço geográfico focalizado seja o Canadá, ao incluir várias correntes migratórias, as reflexões teóricas desenvolvidas ultrapassam fronteiras, eliminam limites, constituindo-se em “valioso aporte para o estudo das literaturas pós-coloniais e das culturas em transformação”.

Telefone: (021) 620 8080, ramais 200 e 353. Fax (021) 620 8080, ramal 356



## HEMEROTECA

**The world today**  
Nº 4 – Vol. 54



**Jornais Diários**

- ◆ Zero Hora ◆ Correio do Povo
- ◆ Folha de SP ◆ J. do Comércio

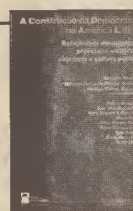
## WWW

- ✕ **Livros e mais livros**  
[www.amazon.com](http://www.amazon.com)  
2,5 milhões de títulos de todo o mundo. Encomendas on line.
- ✕ **Trabalhos escolares**  
[www.escolanet.com.br](http://www.escolanet.com.br)  
Para estudantes, por disciplina e lista de trabalhos selecionados
- ✕ **Greve na Ufrgs**  
[www.adufgrs.org.br](http://www.adufgrs.org.br)  
Greve, Adverso na versão eletrônica e muitos outros assuntos estão na página da Associação dos Docentes da Ufrgs.

## O RELHA

### A construção da Democracia na América Latina

Organizado por Marcello Baquero, Henrique Castro e Rodrigo González. Professores de diversas universidades escrevem artigos sobre o papel da cultura política, da dimensão eleitoral e da construção da cidadania na institucionalização da estabilidade democrática na América Latina. Editora da Universidade e Centro La Salle de Ensino Superior, 218 pp.



### Governo Municipal na América Latina: Inovações e perplexidades

Organizado por Roberto Fachin e Alain Chanlat. Temas retirados a partir de um encontro internacional realizado em Porto Alegre. Uma visão histórica, jurídica e sociológica de idéias descentralizadoras. Editora da Universidade e Sulina, 354 pp.



### Revista da Adusp

A 13ª edição da revista editada pela **Associação dos Docentes da USP** publica documentos arquivados pelo Dops que comprovam a colaboração de setores daquela universidade com os órgãos de repressão antes mesmo de 64.





# "Há um tempo de plantar e outro de colher"



Valdir Friolin

Zambiasi: candidatura ao Piratini, só no próximo século

James Görgen

**AD**

**verso** — O PTB vem sendo o fiel da balança da base de apoio ao governo na maioria das votações na Assembleia Legislativa. Se o governador Antônio Britto concorrer à reeleição o seu partido irá apoiá-lo?

**Sérgio Zambiasi** — O partido não pretende lançar candidato próprio ao governo estadual para este pleito. Concordamos com a candidatura do governador à reeleição e iremos apoiá-lo neste sentido. Até porque, existe a necessidade de dar seguimento a uma série de projetos e ações que precisam de um certo tempo para se consolidarem e ficarem maduras, a ponto de que seus frutos possam ser usufruídos pelo conjunto da sociedade. Refleti muito sobre minha candidatura a governador e fiquei muito honrado com os excelentes índices que obtive nas pesquisas, mesmo não sendo candidato. Mas há um tempo de plantar e um tempo de colher. Vou buscar minha reeleição para a Assembleia e na primeira eleição do próximo século vou avaliar, junto com meus companheiros, se está na hora de o PTB disputar o Palácio Piratini com candidato próprio. Além disso, para o apoio à reeleição do governador, estamos apresentando compromissos de corte eminentemente popular para serem incluídos não apenas no programa de governo, bem como na plataforma administrativa da próxima gestão. De qualquer maneira, o acordo que o PTB firmou com o Governo de Antônio Britto é administrativo e assim vem sendo conduzido. A questão eleitoral é, e sempre será, soberanamente decidida pela convenção partidária, que deve ocorrer em junho.

**Adverso** — Em todas as pesquisas de opinião pública, o seu nome aparece em vantagem até sobre candidatos declarados ao governo do Estado do Rio Grande do Sul. Como o senhor pode usar politicamente a credibilidade conquistada ao longo dos anos?

**Zambiasi** — No momento, como convicção pessoal, acredito que a melhor contribuição que eu posso prestar como político continua sendo no Parlamento gaúcho. Pretendo disputar novamente um cargo ao Legislativo.

**Adverso** — Como o senhor avalia o atual governo do Estado?

**Zambiasi** — O atual governo do Estado tem pontos muito positivos, que vão ao encontro de minhas convicções como parlamentar. Por exemplo, o atendimento às camadas mais humildes da população, saneamento, saúde e financiamento para pequenos empresários e produtores, que é de onde sabemos que parte boa parcela dos empregos, a questão habitacional, a geração de emprego, a qualificação profissional. Aliás, tanto na Secretaria do Trabalho como na da Região Metropolitana de Porto Alegre o PTB mostrou não apenas sua competência administrativa, como também a vocação para o exercício do trabalho social.

**Adverso** — Qual deve ser o perfil do futuro governador do Rio Grande do Sul?

**Zambiasi** — Entendo que o próximo governador deve dar continuidade a uma série de ações de atendimento e de autêntico resgate à cidadania das camadas mais humildes e mais sofridas de nosso povo. O PTB somente apoiará uma candidatura que tenha este perfil, que esteja comprometida com a periferia e o povo mais pobre. Atrair investimentos de porte ao Estado é fundamental, mas levar água, luz e asfalto a uma vila também significa mais saúde, mais conforto e mais segurança para o trabalhador. Enquanto houver seqüelas nesses setores, o governo deve estar presente, esta deve ser uma prioridade.

**Adverso** — Sua bandeira política sempre esteve ligada ao assistencialismo. Caso vença as eleições, o senhor criará alguma autarquia ou instituição voltada exclusivamente para a assistência social?

**Zambiasi** — Falar em uma instituição governamental voltada exclusivamente para o assistencialismo dá um caráter até pejorativo à questão. E não é o caso. Agir diretamente, buscar soluções concretas e imediatas para os desamparados, os desesperançados é imprescindível. O ideal é que já não fosse, mas ainda é. Claro que concordo

**Sérgio Zambiasi** é o fiel da balança na atual política gaúcha. Para onde o apoio do PTB vai pode ir também a definição de um pleito. Deputado estadual mais votado do estado em todas as eleições em que concorreu, o comunicador sabe a hora em que deve abrir seu voto e o momento em que precisa ficar afastado de contendidas. Nesta eleição para governador, Zambiasi já decidiu que ainda não é tempo de lançar seu nome e confirmou seu apoio a Antônio Britto. Chances não faltariam de assumir o Palácio Piratini. Quando aparece como candidato nas pesquisas de opinião, desequilibra qualquer simulação. Mostrando que aprendeu mais em 12 anos de política do que em quase três décadas em frente a um microfone de rádio, irá concorrer a um quarto mandato na Assembleia Legislativa. Em entrevista ao Adverso, Zambiasi afirma que suas sementes estão sendo poupadas para uma próxima safra: ser o primeiro governador do século 21.

que um Estado enxuto, de atuação restrita seja, mais que uma tendência mundial, uma solução lógica para uma série de ônus muito pesados ao contribuinte. Por outro lado, quando temos uma realidade desesperadora, como a atual, em que mesmo as necessidades mais elementares da maioria absoluta da população são deficientes, esta continua sendo uma questão do Estado, que em última instância deve zelar pelo bem-comum. De minha parte, não concordo com aqueles que, por uma duvidosa questão política ou de princípios, não oferecem um prato de comida a quem está faminto ou um remédio a quem está a beira da morte por falta de tratamento.

**Adverso** — De que forma o episódio das diárias da Assembleia Legislativa, que envolveu o deputado Valdir Fraga, poderá prejudicar a campanha dos candidatos do PTB?

**Zambiasi** — O episódio ocorrido com meu colega de bancada, o deputado Valdir Fraga, foi uma injustiça lamentável. Para mim, não há a menor dúvida quanto à idoneidade desse parlamentar, que vem desenvolvendo um grande trabalho junto à comunidade. Tenho o maior interesse em ajudar em tudo o que estiver ao meu alcance para que cada ponto seja esclarecido. E espero que isso ocorra muito em breve, até para evitar que uma injustiça e um sofrimento ainda maior sejam legados ao deputado Valdir. Tenho certeza de que os esclarecimentos serão cabais e definitivos. É pena que o sofrimento pelo qual o deputado vem passando dificilmente seja reparado.

**Adverso** — Em geral, os partidos políticos no Sul têm posições diferentes das mesmas siglas no restante do país. Quais são as principais divergências entre o PTB gaúcho e os demais diretórios estaduais do partido?

**Zambiasi** — Felizmente as propostas dos diretórios nacionais estão cada vez mais afinadas com as do PTB gaúcho. Estão baseadas na busca pela autenticidade na representação do trabalhismo. Hoje, isto não constitui um problema para o partido. ✱